



**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS EM
31/12/2018 E 2017**

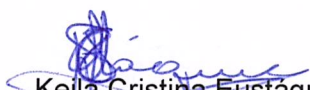
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
CONSOLIDADAS EM 31/12/2018 E 2017**

Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(valores em R\$ mil)

I - BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	nota	2018	2017	PASSIVO	nota	2018	2017
Disponível	2.1	208	226	Exigível operacional		575	483
Realizável		107.021	95.201	Gestão Previdencial	2.4.1	426	390
Gestão Previdencial	2.2.1	10	10	Gestão Administrativa	2.4.2	149	93
Gestão Administrativa	2.2.2	14	7				
Investimentos	2.2.3	106.997	95.184	Patrimônio de Cobertura do Plano	2.6.1	108.648	93.810
Fundos de Investimento		106.997	95.184	Provisões Matemáticas		105.438	93.810
Permanente	2.3	1.994	2.071	Benefícios Concedidos		10.108	8.602
Imobilizado		1.994	2.071	Benefícios a conceder		95.330	85.208
				Fundos		3.210	3.205
				Fundos Administrativos	2.6.2	3.210	3.205
TOTAL DO ATIVO		109.223	97.498	TOTAL DO PASSIVO		109.223	97.498

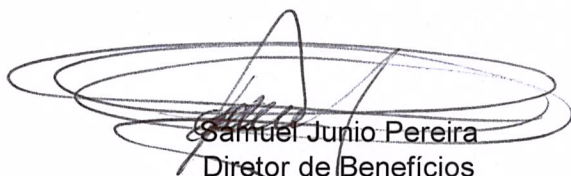
As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



Kella Cristina Eustáquio
Diretora Presidente / AETQ
CPF: 972.778.351-15
Certificado ICSS ADM EA03941
Certificado ICSS INVESTIMENTOS EI07308



André Juliano da Luz Ferreira
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF: 333.652.022-34
Certificado ICSS EA06498



Samuel Junio Pereira
Diretor de Benefícios
CPF: 942.085.571-68
ICSS ADM EA05250



Marta Almeida da Silva
Contadora CRC RJ-075023/O-5
CPF 722.624.607-44

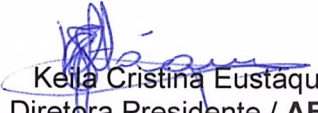
Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(valores em R\$ mil)

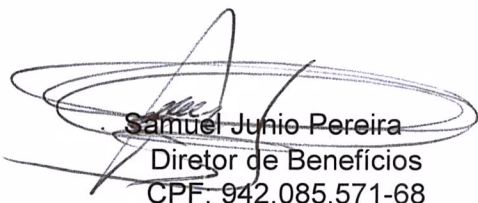
II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

DESCRIÇÃO	2018	2017	variação %
A) Patrimônio Social - Início do Exercício	97.015	78.970	22,85%
1. Adições	20.576	26.556	-22,52%
(+) Contribuições Previdenciais	12.483	15.601	-19,99%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	6.122	8.746	-30,00%
(+) Receitas Administrativas	1.886	2.127	-11,33%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	85	82	3,66%
2. Destinações	-8.943	-8.511	5,08%
(-) Benefícios	-6.977	-6.650	4,92%
(-) Despesas Administrativas	-1.966	-1.861	5,64%
3. Acréscimo/Decréscimo No Patrimônio Social (1+2)	11.633	18.045	-35,53%
(+/-) Provisões Matemáticas	11.628	17.697	-34,29%
(+/-) Fundos Administrativos	5	348	-98,56%
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3)	108.648	97.015	11,99%

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis


Kella Cristina Eustaquio
Diretora Presidente / AETQ
CPF: 972.778.351-15
Certificado ICSS ADM EA03941
Certificado ICSS INVESTIMENTOS EI07308


André Juliano da Luz Ferreira
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF: 333.652.022-34
Certificado ICSS EA06498


Samuel Junio Pereira
Diretor de Benefícios
CPF: 942.085.571-68
ICSS ADM EA05250


Marta Almeida da Silva
Contadora CRC RJ-075023/O-5
CPF 722.624.607-44

Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(valores em R\$ mil)

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	2018	2017	variação %
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	93.810	76.113	23,25%
1. Adições	18.650	24.398	-23,56%
(+) Contribuições	12.528	15.652	-19,96%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	6.122	8.746	-30,00%
2. Destinações	-7.022	-6.701	4,79%
(-) Benefícios	-6.977	-6.650	4,92%
(-) Custeio Administrativo	-45	-51	-11,76%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	11.628	17.697	-34,29%
(+/-) Provisões Matemáticas	11.628	17.697	-34,29%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	105.438	93.810	12,40%
C) Fundos não Previdenciais	5	348	-98,56%
(+/-) Fundos Administrativos	5	348	-98,56%

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis


Kella Cristina Eustáquio
Diretora Presidente / AETQ
CPF: 972.778.351-15
Certificado ICSS ADM EA03941
Certificado ICSS INVESTIMENTOS EI07308


André Juliano da Luz Ferreira
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF: 333.652.022-34
Certificado ICSS EA06498


Samuel Junio Pereira
Diretor de Benefícios
CPF: 942.085.571-68
ICSS ADM EA05250


Marta Almeida da Silva
Contadora CRC-RJ075.023/O-5
CPF 495.578.319-87

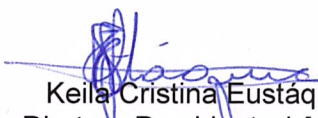
Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

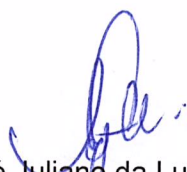
(valores em R\$ mil)

IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	2018	2017	variação %
1. Ativos	109.074	97.405	11,98%
Disponível	161	213	-24,41%
Recebível	3.220	3.215	0,16%
Investimento	105.693	93.977	12,47%
Fundos de Investimento	105.693	93.977	12,47%
2. Obrigações	426	390	9,23%
Operacional	426	390	9,23%
3. Fundos não Previdenciais	3.210	3.205	0,16%
Fundos Administrativos	3.210	3.205	0,16%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	105.438	93.810	12,40%
Provisões Matemáticas	105.438	93.810	12,40%

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis


Keila Cristina Eustáquio
Diretora Presidente / AETQ
CPF: 972.778.351-15
Certificado ICSS ADM EA03941
Certificado ICSS INVESTIMENTOS EI07308


André Juliano da Luz Ferreira
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF: 333.652.022-34
Certificado ICSS EA06498


Samuel Junio Pereira
Diretor de Benefícios
CPF: 942.085.571-68
ICSS ADM EA05250


Marta Almeida da Silva
Contadora CRC RJ-075.023/O-5
CPF 722.624.607-44

Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(valores em R\$ mil)

**V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
(CONSOLIDADA)**

DESCRIÇÃO	2018	2017	variação %
A Fundo Administrativo do Exercício Anterior	3.205	2.857	12,18%
1. Custeio da Gestão Administrativa	1.971	2.209	-10,77%
1.1. Receitas	1.971	2.209	-10,77%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	46	51	-9,80%
Custeio Administrativo dos Investimentos	368	335	9,85%
Receitas Diretas	1.472	1.741	-15,45%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	85	82	3,66%
2. Despesas Administrativas	-1.966	-1.861	5,64%
2.1. Administração Previdencial	-1.921	-1.848	3,95%
Pessoal e Encargos	-469	-400	17,25%
Treinamentos/Congressos e Seminários	-59	-73	-19,18%
Viagens e Estadias	-53	-36	47,22%
Serviços de Terceiros	-352	-355	-0,85%
Despesas Gerais	-813	-838	-2,98%
Depreciações e Amortizações	-72	-38	89,47%
Tributos	-103	-108	-4,63%
2.2. Administração dos Investimentos	-45	-13	246,15%
Serviços de Terceiros	-45	-13	246,15%
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	5	348	-98,56%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	5	348	-98,56%
B Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	3.210	3.205	0,16%

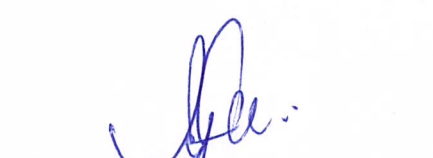
As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis


Keila Cristina Eustáquio
Diretora Presidente / AETQ

CPF: 972.778.351-15

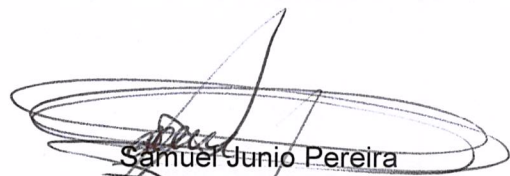
Certificado ICSS ADM EA03941

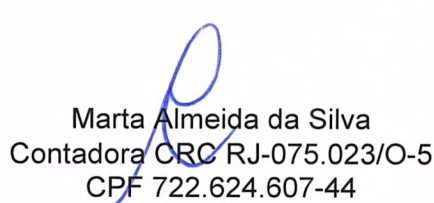
Certificado ICSS INVESTIMENTOS EI07308


André Juliano da Luz Ferreira
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF: 333.652.022-34

Certificado ICSS EA06498


Samuel Junio Pereira
Diretor de Benefícios
CPF: 942.085.571-68
ICSS ADM EA05250


Marta Almeida da Silva
Contadora CRC RJ-075.023/O-5
CPF 722.624.607-44

Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(valores em R\$ mil)

VII - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	2018	2017	variação %
Provisões Técnicas (1+4)	105.864	94.200	12,38%
1. Provisões Matemáticas	105.438	93.810	12,40%
1.1. Benefícios Concedidos	10.108	8.602	17,51%
Contribuição Definida	10.108	8.602	17,51%
1.2. Benefícios a Conceder	95.330	85.208	11,88%
Contribuição Definida	95.330	85.208	11,88%
Saldo de Contas - Parcela Participantes	95.330	85.208	11,88%
4. Exigível Operacional	426	390	9,23%
4.1. Gestão Previdencial	426	390	9,23%

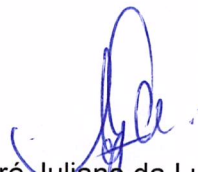
As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



Keila Cristina Eustáquio
Diretora Presidente / AETQ
CPF: 972.778.351-15

Certificado ICSS ADM EA03941

Certificado ICSS INVESTIMENTOS EI07308



André Juliano da Luz Ferreira
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF: 333.652.022-34

Certificado ICSS EA06498



Samuel Junio Pereira
Diretor de Benefícios
CPF: 942.085.571-68
ICSS ADM EA05250



Marta Almeida da Silva
Contadora CRC RJ-075.023/O-5
CPF 722.624.607-44

Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores em R\$ mil)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de
Dezembro de 2018 e 2017.

1. Contexto operacional

1.1. Apresentação

O Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Goiás e da CASAG - Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás - OABPREV- GO é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), constituída sob a forma de sociedade civil e sem fins lucrativos, estruturada na forma do art. 35 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e normas subsequentes, autorizada a funcionar pela então Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, atual Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), por meio da Portaria nº 329, de 01 de março de 2006, com autonomia administrativa e personalidade jurídica de direito privado.

São Instituidores a OAB-GO - Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Goiás, CASAG - Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás, OAB-TO - Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional do Tocantins, CAATO - Caixa de Assistência dos Advogados do Tocantins.

O OABPrev GO/TO tem sede e foro na cidade de Goiânia, estado de Goiás, podendo manter escritórios, agentes ou representações locais e regionais em qualquer parte do território nacional.

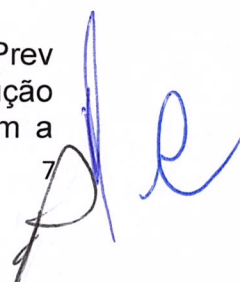
O OABPrevGO/TO tem por objetivo executar e administrar planos de benefícios de natureza previdenciária, constituídos por instituidores ou patrocinadores, mediante contribuição de participantes, de empregadores ou de ambos, de acordo com os regulamentos e com as leis aplicáveis. Poderá promover outros programas previdenciais, em caráter facultativo, mediante contribuição específica dos membros interessados, respeitando a legislação vigente. Nenhum benefício ou serviço poderá ser criado ou majorado sem que, em contrapartida, seja previamente estabelecida a respectiva receita de cobertura.

Para a consecução de seus objetivos, a Entidade dispõe de recursos oriundos das contribuições de seus participantes, de comissões e da remuneração dos seus ativos.

Em observância ao artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), o OABPrev GO/TO não distribui dividendos, aplica seus recursos em observância a Resolução CMN 3.792, revogada pela Resolução CMN 4.661 de 25/05/2018 e mantém a

Avenida Olinda, Qd 4, Lt 2, Torre Tower I, 14º andar, salas 1406/1412 – Park Lozandes,
CEP: 74.884-120 – Goiânia-Goiás

Fone: 0800 887 0947 www.oabprevgo.org.br
e-mail- oabprevgo@oabprevgo.org.br

escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar a sua exatidão.

1.2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018 são apresentadas pelo OABPrevGO/TO de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e suas Interpretações Técnicas e Comunicados Técnicos editados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicável às EFPCs, (ITG 2001) aprovada pela Resolução CFC Nº 1.272/10 referendadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, no que for pertinente, a legislação específica, que compreendem as disposições legais dos órgãos normativos e reguladores (PREVIC) das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 29 de 18 de abril de 2018, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações sendo a mais recente a IN MPS/PREVIC nº11 de 03 de dezembro de 2018.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade.

O OABPrevGO/TO apresenta mensalmente os balancetes dos planos de benefícios e de gestão administrativa, além do balanço consolidado, segregando os registros contábeis dos planos de benefícios previdenciais administrados pela EFPC, segundo a natureza e a finalidade das transações. Os balancetes mensais são enviados ao órgão fiscalizador vide regulamentação.

Todos os valores das demonstrações contábeis estão apresentados em milhares de reais e os arredondamentos foram feitos de maneira a aproximar os valores quando totalizados.

As demonstrações contábeis foram aprovadas em 13 de março de 2019 e não há eventos subsequentes a serem divulgados.

1.3. Sumário das principais práticas contábeis

A Contabilidade do OABPrevGO/TO é elaborada respeitando a autonomia patrimonial do plano de benefícios de forma a identificar, separadamente, o plano de benefícios previdenciais administrado pela Entidade, bem como o plano de gestão administrativa, para assegurar um conjunto de informações consistentes e transparentes, com objetivo de caracterizar as atividades destinadas à realização de funções predeterminadas.

As principais políticas contábeis aplicadas na apresentação das demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Avenida Olinda, Qd 4, Lt 2, Torre Tower I, 14º andar, salas 1406/1412 – Park Lozandes,
CEP: 74.884-120 – Goiânia-Goiás

Fone: 0800 887 0947 www.oabprevgo.org.br
e-mail- oabprevgo@oabprevgo.org.br

Moeda funcional de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis do OABPrevGO/TO são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o fundo atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em R\$ mil que é a moeda funcional da EFPC.

Mudança de práticas contábeis

O OABPrevGO/TO adota métodos e critérios objetivos e uniformes ao longo do tempo, sendo que as modificações relevantes decorrentes da alteração do normativo contábil são evidenciadas em notas explicativas quando aplicável, com a quantificação dos efeitos nas demonstrações contábeis.

a) Registros contábeis das contribuições de participantes

Os registros contábeis relativos as contribuições de participantes vinculados ao plano de contribuição definida são escrituradas com base no regime de caixa, de acordo com Art.10 parágrafo 1º da Resolução CNPC nº 29 de 13 abril de 2018.

b) Reconhecimento de resultados

O regime adotado para todos os registros contábeis, como receitas, despesas, adições, deduções e variações positivas e negativas, foi de Competência do Exercício, isso significa que na determinação do resultado são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.

O registro das despesas administrativas é feito por meio de sistema de alocação direta, combinada com rateio de despesas comuns à administração previdencial e de investimentos.

c) Imobilizado

O Imobilizado está registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e de perdas por desvalorizações acumuladas, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado.

Os bens são depreciados pelo método linear. As taxas de depreciação estão de acordo com a expectativa de vida útil dos bens, que se baseia pela Instrução Normativa SRF nº 162 de 31 de dezembro de 1998.

A EFPC mantém controles individuais dos bens pertencentes ao Ativo Imobilizado, através de sistema eletrônico de controle patrimonial, onde estão registrados o valor e a data da aquisição, a depreciação acumulada, o valor da reavaliação, quando apropriada, o valor atualizado e a data da baixa, e efetuou inventário físico dos bens patrimoniais.

d) Provisões

As provisões e as ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: i) a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e iii) o valor puder ser estimado com segurança, tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido (provável perda), observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores jurídicos da Empresa.

A administração, baseada em relatório de seus consultores jurídicos, não identificou situação que se enquadre nas condições acima não havendo a necessidade de provisões de tais naturezas.

As provisões para crédito de liquidação duvidosa serão constituídos em face à eventual inadimplência, com base nos valores vencidos e vincendos.

e) Comprovação de adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras.

A comprovação de adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras às características da massa de participantes e assistidos do plano de benefícios de caráter previdencial é exigida apenas para os planos cujos benefícios tenham seu valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como para os planos que adquiram característica de benefício definido na fase de concessão.

1.4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão divulgadas abaixo.

a) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

O OABPrevGO/TO é parte de um processo judicial e administrativos, de modo que atualiza as necessidades de provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos, envolvendo benefícios econômicos, seja necessária para liquidar tais obrigações.

A Entidade está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advêm do curso normal de suas atividades operacionais.

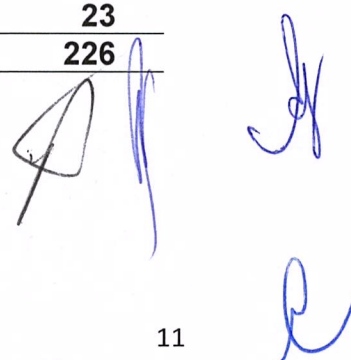
A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As necessidades de provisões são revisadas e ajustadas periodicamente para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções ou exposições adicionais identificadas com base em assuntos ou decisões de tribunais sendo que os resultados reais podem diferir das estimativas.

2. Balanço patrimonial

2.1. Disponível

A denominação disponível é usada para designar dinheiro em caixa e em bancos, bem como cheques em tesouraria e numerários em trânsito. Em 31 de dezembro os saldos eram os seguintes:

	2018	2017
Banco CREDJUR	26	147
Santander	0	2
Banco do Brasil	9	33
Caixa Econômica Federal	145	19
Banco Itaú	1	1
Bancos Conta Movimento	181	202
Numerário em trânsito	27	1
Vinculado – CREDJUR cotas	27	23
Disponível	208	226



2.2. Realizável

2.2.1. Gestão previdencial

Registra os recursos a receber decorrentes de pagamento a maior na restituição de contribuições. Em 31 de dezembro os saldos eram os seguintes:

	2018	2017
Outros recursos a receber	10	10
Gestão previdencial	10	10

2.2.2. Gestão Administrativa

Registra os recursos a receber do programa de gestão administrativa junto a terceiros e apresentava os seguintes saldos:

	2018	2017
Contas a receber – adiantamento de férias	9	2
Contas a receber – adiantamento a fornecedores	1	1
Contas a receber – adiantamento a consultores	4	4
Gestão Administrativa	14	7

2.2.3. Investimentos

Os investimentos dos recursos garantidores do Plano administrado pela entidade seguem as diretrizes estabelecidas pelos normativos legais aplicáveis às EFPC'S em especial a Resolução CMN nº 4.661 de 25 de maio de 2018 bem como a Política de Investimento aprovada pelo Conselho Deliberativo da entidade.

Em 31 de dezembro o OABPrevGO/TO possuía em sua carteira, cotas de fundos de investimentos, avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do período. Em virtude da citada resolução e do cenário econômico a Entidade, no exercício de 2018, realocou seus recursos garantidores distribuindo em fundos voltados a renda variável e a redução na exposição em crédito privado, com objetivo de adequar-se à sua política de investimentos, no que se refere ao crédito especulativo.

Registra-se que após observações dirigidas à Entidade por parte da Previc – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, quanto ao comportamento da disposição da carteira do Fundo Exclusivo TC OABPrevGO/TO FI MULT, CNPJ 19.974.594/0001-60 e, após parecer técnico da assessoria de investimentos, Aditus Consultoria, com considerações ressaltando que o fundo

possui baixa liquidez, por ter em carteira FIDC's e créditos estruturados (CRI'S), cujas operações, fatos das informações sobre as empresas e qualidade do crédito são bem restritas e de difícil análise, e ainda, por se tratar de um fundo exclusivo da Entidade com participação relevante, 24,73% do total investido dos recursos administrados do plano no encerramento desta demonstração, a diretoria deliberou em 05 de novembro de 2018 pelo resgate total do fundo, formalizando nesta mesma data, o pedido de resgate ao Gestor do fundo, TG CORE ASSET. O Gestor por sua vez, em 09 de novembro de 2018, apresentou cronograma de liquidação para o fundo, que será pago obedecendo aos prazos previstos nos regulamentos dos fundos contidos na carteira.

FUNDOS DE INVESTIMENTO EM CARTEIRA	Valor a ser resgatado	Solicitação de Resgate	Liquidação do resgate
TC GEN FIC FIM	R\$ 4.090.240,47	02/01/2019	04/02/2019
TG SAFIRA FIC FIM CP (antigo Mérito)	R\$ 920.984,54	02/01/2019	04/03/2019
TG ATIVO REAL FII	R\$ 389.100,66	N/A	04/03/2019
NESTPAR FII	R\$ 1.519.905,60	N/A	27/06/2019
TC I FIM CP	R\$ 14.575.121,11	28/12/2018	27/06/2019
TG REGIONAL I FIRF	R\$ 4.060.100,97	21/09/2018	17/09/2019
Disponível em Caixa	Valor restante	N/A	17/09/2019

Composição da carteira em 07/11/2018

Vale ressaltar que houve resgate imediato no valor de R\$ 10 milhões em 30 de novembro de 2018, e as liquidações previstas para as datas 04 de fevereiro e 04 de março de 2019, foram cumpridas, nos valores de R\$ 4.170.639,34 e R\$ 1.400.000,00 atualizados, respectivamente.

Quanto aos fundos NOVERO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO IMOBILIÁRIO de CNPJ 15.862.639/0001-53 e DELTA CRÉDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO RENDA FIXA de CNPJ 24.612.944/0001-88, que somados correspondem a 2,02% do total investido dos recursos administrados do plano, permanecem fechados para resgate. Os respectivos fundos possuem suas provisões de perda para crédito de liquidação duvidosas registradas pela administração do próprio fundo, sendo refletida diretamente no valor da cota dos mesmos. A OABPrev GO/TO permanece acompanhando o processo de recuperação judicial dos citados fundos.

A composição da carteira de investimentos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 era a seguinte:

Avenida Olinda, Qd 4, Lt 2, Torre Tower I, 14º andar, salas 1406/1412 – Park Lozandes,
CEP: 74.884-120 – Goiânia-Goiás

Fone: 0800 887 0947 www.oabprevgo.org.br
e-mail- oabprevgo@oabprevgo.org.br

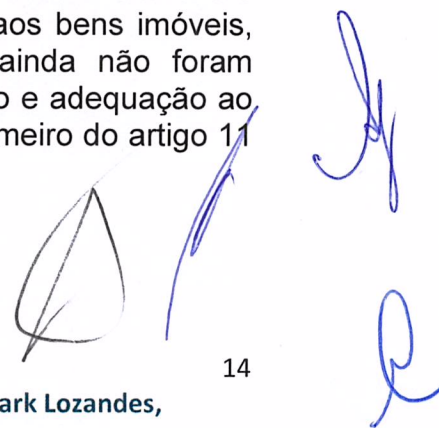
Demonstrativo Consolidado dos Investimentos

	2018	2017
Fundos de investimento	106.997	95.184
Referenciado	4.717	1.136
Itaú Soberano DI LP	4.717	1.136
Renda Fixa	4.492	7.932
BB Previdenciário RF IRF-M Título	2.333	1.948
Delta Crédito Privado FIC FIRF	1.284	1.915
Fi Caixa Brasil IRF-M 1 Títulos Públicos	-	677
Novero FIRF Credito Privado Imobiliário	875	1.770
Gap Yield Fundo Investimento	-	513
Santander FIC FI Institucional Renda Fixa	-	1.109
Multimercado	93.976	86.116
Gap OABPREVGO/TO Fundo de Investimento	-	25.645
Mérito Multimercado FI	-	6.327
Mongeral Aegon OABPREVGO FI	32.320	20.955
TC OABPREVGO/TO Fundo de Investimento	26.463	33.189
Vinci OABPREVGO/TO FIM	35.193	-
Ações	3.812	-
Moat Capital Fundo Investimento	2.629	-
Santander FI Ibovespa Ativo	1.183	-
Investimentos	106.997	95.184

2.3. Permanente

Registra o valor contábil de bens e direitos imobilizados e estão contabilizados em bens móveis e imóveis ao custo de aquisição.

Aos bens móveis, foram ajustados por depreciações de acordo com a natureza e tempo de vida útil dos itens que o compõem e em referência aos bens imóveis, adquiridos em abril de 2016, registre-se que os mesmos ainda não foram reavaliados e se encontram reajustados apenas por depreciação e adequação ao tempo de vida útil, conforme preconiza o item h do parágrafo primeiro do artigo 11 da INSTRUÇÃO MPS/PREVIC/DC Nº 15 de 2014."



	2018	2017
Computadores	2	6
Computadores – Custo	43	43
Depreciação Acumulada - (20% ao ano)	-41	-37
Sistemas Operacionais	5	6
Sistemas operacionais – Custo	7	7
Depreciação Acumulada (10% ao ano)	-2	-1
Móveis e Utensílios	160	187
Móveis e Utensílios – Custo	212	244
Depreciação Acumulada (10% ao ano)	-52	-57
Máquinas e Equipamentos	54	62
Máquinas e Equipamentos – Custo	73	83
Depreciação Acumulada (10% ao ano)	-19	-21
Bens Móveis	221	261
Salas Comerciais	1.773	1.810
Custo	1.812	1.812
Depreciação Acumulada (Vida útil cfe Laudo Técnico 69 anos)	-39	-2
Bens Imóveis	1.773	1.810
Operacional corpóreo	1.994	2.071
Imobilizado	1.994	2.071

2.4. Exigível operacional

2.4.1. Gestão Previdencial

Registra os benefícios a pagar assumidos pelo plano de benefícios, as retenções a recolher incidentes sobre estes, os repasses a título de cobertura para custeio dos benefícios de risco contratados, e com vencimento em janeiro. Em 31 de dezembro apresentava os seguintes valores:

	2018	2017
Benefícios a Pagar	6	1
Saldo de Resgates a Pagar	6	1
Retenções a Recolher	97	68
IRRF s/benefícios renda continuada	18	13
IRRF s/Ben. Pagamento Único	79	55
Obrigações Contratadas	312	312
Mongeral Aegon Seguros e Previdência	312	312
Outras Exigibilidades	11	9
Provisão para ajuste de cotas	9	8
Outras Exigibilidades	2	1
Gestão Previdencial	426	390

2.4.2. Gestão administrativa

Registra os compromissos a pagar assumidos pela entidade, inclusive as provisões de férias dos empregados e as retenções a recolher incidentes sobre estes. Em 31 de dezembro apresentava os seguintes valores:

	2018	2017
Provisão para Férias	39	24
INSS a recolher	8	7
IRRF s/Salários a recolher	5	2
Cofins s/Receita Administrativa a recolher	4	2
Fornecedores	86	52
FGTS a recolher	3	2
TAFIC - Taxa de Fiscalização e Controle a recolher	3	2
ISS	1	2
Gestão administrativa	149	93

2.5. Exigível contingencial

A Entidade é polo passivo em um processo judicial. De acordo com a Resolução CFC nº 1180/2009, os assessores jurídicos classificam o processo, no montante de R\$ 225 mil, como probabilidade de perdas possíveis. O referido montante não está reconhecido nas demonstrações financeiras da Entidade.

2.6.1. Patrimônio de Cobertura do Plano

Registra o valor das Provisões Atuariais que corresponde ao somatório das contas individuais dos participantes do Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado de Goiás (Adv-PREV) (CNPB 2006000829).

Os estudos atuariais do plano de previdência são conduzidos pelo atuário, que assina a respectiva Nota Técnica Atuarial e é o único responsável pelos cálculos e estudos atuariais, seja perante a massa de participantes, os órgãos públicos e o próprio OABPrevGO/TO. O mesmo atuário, com base nos estudos mencionados, determina o valor das provisões matemáticas do plano, e emite o seu parecer, evidenciados no quadro VII - Demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios, de acordo com nota técnica atuarial e apresenta em 31 de dezembro os seguintes valores:

	2018	2017
Benefícios Concedidos	10.108	8.602
Benefícios a conceder	95.330	85.208
Provisões Matemáticas	105.438	93.810
Patrimônio de Cobertura do Plano	105.438	93.810

Conforme determina o artigo 22 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, foram realizadas avaliações atuariais em todos os planos de Benefícios Previdenciais, por pessoas jurídicas legalmente habilitadas e os resultados estão contabilizados no balanço patrimonial.

O regime financeiro para financiamento do plano de benefícios é o de capitalização. Apresenta-se a seguir, a descrição das rubricas que compõem as provisões matemáticas:

Benefícios concedidos

Benefícios concedidos representam a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos assistidos em gozo de benefícios de prestação continuada.

Benefícios a conceder

Benefícios a conceder representam a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos participantes, que não estejam em gozo de benefícios, referentes ao saldo atual de suas contribuições.

As provisões matemáticas são determinadas pela atuária independente Tatiana Cardoso Guimarães da Silva, MIBA nº 1042, contratada pela EFPC. Os valores registrados nestas rubricas constam das Demonstrações Atuariais (DA) e parecer elaborado pela atuária e encontra-se em consonância com a planificação contábil atualmente em vigor.

Premissas atuarias

Para a avaliação atuarial foram utilizadas as seguintes hipóteses econômicas e atuarias:

	2018	2017
A. Econômicas		
Taxa real de juros	5,0% a.a	5,0% a.a
B. Biométricas		
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 – F	AT-2000 – F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-2000 – F	AT-2000 – F

2.6.2. Fundos administrativos

Registra o fundo constituído com a diferença positiva apurada entre as receitas e despesas da Gestão Administrativa e apresenta em 31 de dezembro os seguintes valores:

	2018	Consti- tuição	2017
Fundos Administrativos	3.210	5	3.205
Plano de Gestão Administrativa	3.210	5	3.205
Fundos	3.210	5	3.205

Para fins de consolidação das demonstrações a Participação no Plano de Gestão Administrativa (PGA) é eliminada por meio do Balancete de Operações comuns, assim o somatório das contas patrimoniais do Plano de Benefícios Previdenciais e do Plano de Gestão Administrativa deve ser deduzido do saldo do Fundo Administrativo:

Conta contábil	Plano de Benefícios	2018	2017
1.2.1.9.01	Cobertura de Despesa Administrativa – ADV-PREV	-	41
1.2.1.9.01	Cobertura de Despesa Administrativa – operações comuns	-	-41
1.2.1.9	Cobertura de Despesa Administrativa – Consolidado	-	-
1.2.2.3.01	Participação no PGA - ADV-PREV	3.210	3.205
1.2.2.3.01	Participação no PGA - operações comuns	-3.210	-3.205
1.2.2.3	PARTICIPAÇÃO NO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	-	-
2.1.2.9.05	OUTRAS EXIGIBILIDADES- Recursos Previdenciais - PGA	-	41
2.1.2.9.05	OUTRAS EXIGIBILIDADES- Previdenciais – operações comuns	-	-41
2.1.2.9	OUTRAS EXIGIBILIDADES- Recursos Previdenciais – consolidado	-	-
2.3.2.2.02.01	Participação no Fundo Administrativo PGA	3.210	3.205
2.3.2.2.02.01	Participação no Fundo Administrativo PGA - operações comuns	-3.210	-3.205
2.3.2.2.02	PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO PGA	-	-
	EFEITO DA CONSOLIDAÇÃO		

3. Resultado das operações

3.1. Gestão previdencial

O resultado do plano de benefícios previdenciais no exercício é formado pelas adições, subtraídas as deduções por pagamentos de benefícios acrescidas ou deduzidas do fluxo de investimentos, da cobertura de despesas administrativas e da constituição de provisões matemáticas. Num plano instituído de contribuição definida, todo o resultado é distribuído aos participantes, por meio da constituição ou reversão de provisões matemáticas, desta forma não há formação de superávit ou déficit.

Ajuste das hipóteses atuariais biométricas

Visando o enquadramento na nomenclatura padrão adotada pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA alteramos a nome da tábua biométrica de AT - 2000 F para AT – 2000 F suav. 10%. Destaca-se que a mudança não acarreta qualquer ajuste da tábua, não trazendo assim alteração para o plano de benefícios.

Cálculo da taxa de juros atuarial para o exercício de 2019

A Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28/03/2006, com suas posteriores alterações (item 18 do Anexo), confirmada pela Instrução PREVIC nº 19, de 04/02/2015 (§1º do artigo 6º), estabelece que o plano que apresente benefício com características de Contribuição Definida e utilize taxa de juros real anual nos cálculos de seus benefícios deve adotar taxa real de juros anual dentro do intervalo estabelecido conforme item 4.2 do Anexo da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006, considerando a duração do passivo de 10 (dez) anos. Neste sentido, a taxa de juros parâmetro de que trata o artigo 5º da Instrução PREVIC nº 19/2015 para a duração do passivo de 10 (dez) anos, observando a Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média, segundo a Portaria PREVIC nº 363, de 26/04/2018, é de 5,99% a.a., sendo o limite inferior do intervalo de 4,19% a.a. e o limite superior de 6,39% a.a.

A Política de Investimento aprovada para o ano de 2019 apresenta que, os objetivos de rentabilidade devem ser fixados sempre tendo em vista o entendimento de que a meta estratégica das entidades de previdência é garantir, no longo prazo, o pagamento de benefícios aos participantes e assistidos. Para o exercício de 2019, a Entidade fixou como objetivo de rentabilidade a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC acrescido de 4,19% ao ano (INPC+4,19%), estando este em acordo com a citação no item 4 do Parecer Atuarial 06/2018 sobre as Premissas Atuarias.

Ajuste de precificação dos Títulos Públicos Federais

O ajuste de precificação dos Títulos Públicos federais previsto na Resolução CNPC nº 16 de 19 de novembro de 2014, Instrução MPS/PREVIC/DC nº 19 de 04 de fevereiro de 2015 e Portaria PREVIC nº 86 de 1º de fevereiro de 2019 não se aplica ao Plano, por ser de Contribuição Definida, e como tal não apresentaram superávit ou déficit.

3.2. Plano de gestão administrativa

O custeio das despesas administrativas do OABPrev GO/TO teve como fontes de recursos os valores correspondentes ao custeio administrativo do plano de investimentos, receitas decorrentes do rebate de taxa de comissão pela venda de plano de cobertura de benefícios de risco, rendimento das aplicações dos recursos do fundo e a reversão do fundo administrativo.

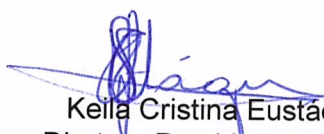
As despesas necessárias à Administração da Entidade são registradas pelo plano de gestão administrativa de acordo com a natureza, e o critério utilizado para o custeio administrativo é o custeio direto por meio de rateio entre os programas. São utilizados critérios uniformes de rateio, descritos em controles auxiliares.

3.3. Fluxo de Investimentos

O resultado dos investimentos formado pelas variações positivas, subtraídas das variações negativas é transferido para as gestões previdencial e administrativa na proporção dos seus recursos garantidores investidos.

4. Eventos subsequentes

Não ocorreram até a presente data eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Entidade.



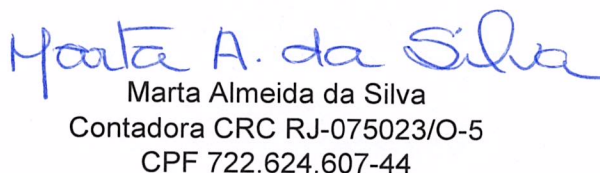
Kella Cristina Eustáquio
Diretora Presidente / AETQ
CPF: 972.778.351-15
Certificado ICSS ADM EA03941
Certificado ICSS INVESTIMENTOS
EI07308



André Juliano da Luz Ferreira
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF: 333.652.022-34
Certificado ICSS EA06498



Samuel Junio Pereira
Diretor de Benefícios
CPF: 942.085.571-68
ICSS ADM EA0525



Marta Almeida da Silva
Contadora CRC RJ-075023/O-5
CPF 722.624.607-44